



ATA NÚMERO DOIS

Aos treze dias do mês de dezembro de 2019, nas instalações do Núcleo de Apoio Técnico do Norte, da Delegação Regional de Reinserção do Norte, sitas na Rua Joaquim Kopke, n.º 64, no Porto, reuniu o júri do procedimento concursal Ref.ª «Distrito de Braga, Bragança, Porto, Viana do Castelo e Vila Real» (referência 234/AT/2019), para constituição de reserva de recrutamento na carreira e categoria de assistente técnico, na modalidade de contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado do mapa de pessoal da Direção-Geral de Reinserção e Serviços Prisionais — Estabelecimentos Prisionais, Centros Educativos, Equipas de Reinserção Social e Equipas de Vigilância Eletrónica do Continente e das Regiões Autónomas, cujo Aviso (extrato) n.º 14683/2019, foi publicado em Diário da República, 2.ª série, n.º 181, de 20 de setembro, e publicitado na BEP com o número OE201909/0437, estando presentes os seguintes elementos:

Presidente:

José Manuel Martins Gomes, Diretor do Núcleo de Apoio Técnico do Norte, da Delegação Regional de Reinserção do Norte;

Vogais:

Jorge Manuel Neto Simões, Diretor do Centro Educativo de Santa Clara;

Susana Alexandra de Leite Moreira, Adjunta da Direção do Estabelecimento Prisional do Porto.

A presente reunião teve como objetivo:

- 1) Dar cumprimento ao n.º 1 do artigo 21.º da Portaria n.º 125-A/2009, de 30 de abril, ou seja, proceder à verificação dos requisitos de admissão ao procedimento concursal por parte dos candidatos;
- 2) Notificar os candidatos com pretensão de exclusão e respetiva causa;
- 3) Determinar qual o método de seleção obrigatório a aplicar a cada candidato;
- 4) Marcação da data, hora e local da realização do primeiro método de seleção - prova de conhecimentos.

1. Admissão/exclusão dos candidatos

1.1 Para o Distrito de Braga

O Júri constatou que deram entrada vinte e três candidaturas.

Após análise das candidaturas o júri deliberou por unanimidade:

a) Admitir os seguintes candidatos:

- Albertina Pereira Salas
- Ana Maria da Mota Azevedo
- Carla Filipa Santos Rocha
- Carlos Manuel Ferreira Lopes



- Idalina Antónia da Cunha Magalhães
- João Pedro Valente Serdoura dos Santos
- Liliana Albertina Rodrigues Monteiro
- Maria Antónia Silva Ribeiro Borges
- Maria Clara Oliveira Correia
- Paulo Jorge Soares Ferreira
- Ricardo Filipe das Neves Brás
- Sara da Costa Giestinhas
- Silvana Teresa Videira Teixeira
- Sílvia Daniela Amado Araújo
- Susana Carolina Pereira Sousa

b) Excluir os seguintes candidatos pelos motivos a seguir indicados:

i. Por não ter junto a declaração emitida e autenticada pelo serviço de origem, com data posterior à publicitação do presente procedimento concursal, conforme exigido na alínea d) do ponto 12.2 do aviso de abertura, publicado na íntegra na BEP:

- Isabel Cristina Ribeiro Sanches
- Marta Alexandra Ferreira Araújo

ii. Por não ser detentor de vínculo de emprego público previamente constituído, nos termos do n.º 3 do artigo 30.º da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas (LTFP) aprovada pela Lei n.º 35/2014 de 20 de junho:

- Alberto João Pinto Sampaio
- Joana do Carmo Mirante Frazão
- José Carlos Oliveira Veiga
- Manuel Antonio Torres Lagarelhos
- Rui Pedro Batalha Gomes
- Susana Raquel Alves Moreira

1.2 Para o Distrito de Bragança

O Júri constatou que deram entrada sete candidaturas.

Após análise das candidaturas o júri deliberou por unanimidade:

a) Admitir os seguintes candidatos:

- Maria Alice dos Santos Rebelo
- Teresa da Conceição Garcia Rodrigues Soares

b) Excluir os seguintes candidatos pelos motivos a seguir indicados:

i. Por não ter apresentado a declaração que comprove de forma inequívoca que se enquadra na situação prevista no artigo 24.º do Regulamento de Incentivos à Prestação



de Serviço Militar nos Regimes de Contrato e Voluntariado, aprovado pela Lei n.º 76/2018, de 11 de outubro, tal como era exigido na alínea f) do ponto 12.2 do aviso de abertura, publicado na íntegra na BEP:

- Carlos Manuel Fernandes Mendes

ii. Por não ter junto a declaração emitida e autenticada pelo serviço de origem, com data posterior à publicitação do presente procedimento concursal, conforme exigido na alínea d) do ponto 12.2 do aviso de abertura, publicado na íntegra na BEP:

- Isabel Cristina Ribeiro Sanches

iii. Por não ser detentor de vínculo de emprego público previamente constituído, nos termos do n.º 3 do artigo 30.º da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas (LTFP) aprovada pela Lei n.º 35/2014 de 20 de junho:

- Carina José Oliveira Romano

- Joana do Carmo Mirante Frazão

- Rui Pedro Batalha Gomes

1.3 Para o Distrito do Porto

O Júri constatou que deram entrada cinquenta e quatro candidaturas.

Após análise das candidaturas o júri deliberou por unanimidade:

a) Admitir os seguintes candidatos:

- Albertina Pereira Salas
- Alzira da Conceição Ribeiro Leite Pinto
- Ana Maria dos Santos Machado
- Andreia Filipa Bastos de Pinho
- Angela Maria Marques Esteves
- Beatriz Manuela Gomes Pereira
- Carla Filipa Santos Rocha
- Carla Sofia Monteiro Gonçalves Torres
- Cristiana Beatriz Ferreira de Campos
- Diana Paula Correia Botelho
- Edna Rossana Rosa Teles
- Fátima Diana Pereira de Oliveira e Costa
- Fernanda Cristina Magalhães Lobão
- Idalina Antónia da Cunha Magalhães
- Isabel de Oliveira Paulos
- João Pedro Valente Serdoura dos Santos
- Joaquim Fernando Bessa da Cunha
- Liliana Albertina Rodrigues Monteiro



- Liliana Andreia Oliveira Pereira
- Liliana Sofia Costa Carvalho
- Luís Filipe Paulos Soares
- Luís Miguel da Cunha Dias de Moura Guimarães
- Luísa Ester Almeida Nunes
- Maria Clara Oliveira Correia
- Maria da Conceição Figueira dos Santos
- Nuno Jorge Mamede de Sousa Torres
- Paulo Joaquim Gomes Vieira
- Paulo Jorge Soares Ferreira
- Pedro Ademar de Sousa Leite
- Raquel Luísa Coelho Parente
- Ricardo Filipe das Neves Brás
- Rosa Paula Rocha da Silva
- Sandrine Julie Ribeiro
- Silvana Teresa Videira Teixeira
- Sílvia Manuela Pinho Rocha Oliveira
- Sónia Catarina Carneiro da Rocha
- Susana Carolina Pereira Sousa
- Teresa Manuela Pinto Pereira
- Teresa Maria Pinto Teixeira

b) Excluir os seguintes candidatos pelos motivos a seguir indicados:

i. Por não ter apresentado a declaração que comprove de forma inequívoca que se enquadra na situação prevista no artigo 24.º do Regulamento de Incentivos à Prestação de Serviço Militar nos Regimes de Contrato e Voluntariado, aprovado pela Lei n.º 76/2018, de 11 de outubro, tal como era exigido na alínea f) do ponto 12.2 do aviso de abertura, publicado na íntegra na BEP:

- Diana Sofia Costa Martins

ii. Por não ter junto a declaração emitida e autenticada pelo serviço de origem, com data posterior à publicitação do presente procedimento concursal, conforme exigido na alínea d) do ponto 12.2 do aviso de abertura, publicado na íntegra na BEP:

- Isabel Cristina Ribeiro Sanches
- Marta Alexandra Ferreira Araújo

iii. Por não ser detentor de vínculo de emprego público previamente constituído, nos termos do n.º 3 do artigo 30.º da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas (LTFP) aprovada pela Lei n.º 35/2014 de 20 de junho:

- Alberto João Pinto Sampaio



- Ana Catarina da Cruz Vilaça
- Ana Catarina Jorge Silva
- Bruno Alexandre Barbosa Pinto
- Carina José Oliveira Romano
- Elisabete Sónia Correia Oliveira
- Joana do Carmo Mirante Frazão
- Jorge Filipe Teixeira Alvarenga
- José Carlos Oliveira Veiga
- Nuno Miguel Alves Pentieiro
- Rui Pedro Batalha Gomes
- Susana Raquel Alves Moreira

1.4 Para o Distrito de Viana do Castelo

O Júri constatou que deram entrada dezoito candidaturas.

Após análise das candidaturas o júri deliberou por unanimidade:

a) Admitir os seguintes candidatos:

- Carla Manuela Machado Gomes de Lacerda
- João Pedro Valente Serdoura dos Santos
- Maria Antónia Silva Ribeiro Borges
- Maria Clara Oliveira Correia
- Maria Eduarda Lopes Rosa Portela
- Ricardo Filipe das Neves Brás
- Rute Gonçalves Felgueiras de Carvalho
- Sara da Costa Giestinhas
- Sónia Bernardete Gomes Baganha

b) Excluir os seguintes candidatos pelos motivos a seguir indicados:

i. Por não ter junto a declaração emitida e autenticada pelo serviço de origem, com data posterior à publicitação do presente procedimento concursal, conforme exigido na alínea d) do ponto 12.2 do aviso de abertura, publicado na íntegra na BEP:

- Marta Alexandra Ferreira Araújo

ii. Por não ser detentor de vínculo de emprego público previamente constituído, nos termos do n.º 3 do artigo 30.º da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas (LTFP) aprovada pela Lei n.º 35/2014 de 20 de junho:

- Alberto João Pinto Sampaio
- Ana Catarina Amorim Rodrigues
- Carina José Oliveira Romano
- Joana do Carmo Mirante Frazão



- José Carlos Oliveira Veiga
- Maria Bernardete Gomes Gonçalves
- Rui Pedro Batalha Gomes
- Tânia Veloso Barbosa

1.5 Para o Distrito de Vila Real

O Júri constatou que deram entrada doze candidaturas.

Após análise das candidaturas o júri deliberou por unanimidade:

a) Admitir os seguintes candidatos:

- Edna Rossana Rosa Teles
- Liliana Zita Teixeira de Sousa
- Paulo Jorge Soares Ferreira
- Pedro Samuel Teixeira Camilo
- Silvana Teresa Videira Teixeira

b) Excluir os seguintes candidatos pelos motivos a seguir indicados:

i. Por não ter apresentado a declaração que comprove de forma inequívoca que se enquadra na situação prevista no artigo 24.º do Regulamento de Incentivos à Prestação de Serviço Militar nos Regimes de Contrato e Voluntariado, aprovado pela Lei n.º 76/2018, de 11 de outubro, tal como era exigido na alínea f) do ponto 12.2 do aviso de abertura, publicado na íntegra na BEP:

- Carlos Manuel Fernandes Mendes

ii. Por não ter junto a declaração emitida e autenticada pelo serviço de origem, com data posterior à publicitação do presente procedimento concursal, conforme exigido na alínea d) do ponto 12.2 do aviso de abertura, publicado na íntegra na BEP:

- Isabel Cristina Ribeiro Sanches

iii. Por não ser detentor de vínculo de emprego público previamente constituído, nos termos do n.º 3 do artigo 30.º da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas (LTFP) aprovada pela Lei n.º 35/2014 de 20 de junho:

- Carina José Oliveira Romano
- Joana do Carmo Mirante Frazão
- Jorge Filipe Teixeira Alvarenga
- Rui Pedro Batalha Gomes
- Susana Raquel Alves Moreira



2. Audiência Prévia

O júri deliberou igualmente, a fim de dar cumprimento ao disposto no n.º 1 do artigo 22.º, conjugado com o n.º 1 do artigo 23.º da Portaria n.º 125-A/2009, de 30 de abril, notificar os candidatos indicados na alínea b) do ponto 1 da presente Ata, por correio eletrónico, no âmbito do exercício do direito de participação dos interessados para, no prazo de 10 dias úteis, dizer por escrito o que se lhe oferecer sobre a intenção do júri em proceder à sua exclusão do procedimento concursal.

3. Determinação do método de seleção obrigatório a aplicar a cada candidato

Analizadas as candidaturas, as respetivas declarações das funções exercidas à data de abertura do presente procedimento concursal, e considerando que os candidatos concorreram às várias unidades orgânicas existentes nos diferentes distritos, ou seja, concorreram ao distrito *per si*, logo as caracterizações dos postos de trabalho nas diversas unidades orgânicas por distrito, e a concurso, são diferentes, pelo que deliberou o Júri determinar que o método de seleção obrigatório a aplicar a todos os candidatos será a prova de conhecimentos.

4. Agendamento do método de seleção obrigatório – Prova de conhecimentos

Deliberou o Júri agendar a prova de conhecimentos para o próximo dia 17 de janeiro de 2020, pelas 10:30 horas, que terá lugar nas instalações da Escola Profissional Infante D. Henrique, desta Direcção-Geral, sitas na Rua do Melo, n.º 5, no Porto e notificar, por correio eletrónico, os candidatos admitidos.

Nada mais havendo a tratar, foi elaborada a presente ata que vai ser assinada pelos membros do júri, após ter sido lida e achada conforme.

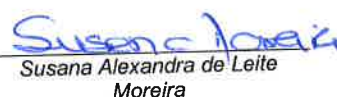
Presidente


José Manuel Martins Gomes

Vogal


Jorge Manuel Neto Simões

Vogal


Susana Alexandra de Leite
Moreira

